



relatório de
actividades
2006

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2006

ÍNDICE

1	Nota Introdutória	3
1.1	O IPAC	3
1.1.1	Missão	3
1.1.2	Visão	3
1.1.3	Valores	3
1.2	A acreditação	4
2	Meios e Recursos	6
2.1	Estrutura organizacional	6
2.2	Recursos Humanos	7
2.2.1	Colaboradores	7
2.2.2	Recursos externos	7
2.2.3	Serviços de apoio	8
2.3	Recursos Materiais	9
2.3.1	Instalações	9
2.3.2	Sistema informático	9
2.3.3	Arquivo	9
2.4	Sistema de Gestão	10
2.4.1	Política da Qualidade	10
2.4.2	Objectivos	10
2.4.3	Sistema Documental	10
2.4.4	Melhoria contínua	10
2.4.5	Auditorias Internas	11
2.4.6	Revisão pela Gestão	11
3	Resultados	12
3.1	Resultados Operacionais	12
3.1.1	Acreditações	12
3.1.2	Avaliações e Auditorias	13
3.1.3	Eventos e Acções realizadas	14
3.1.4	Comunicação e Imagem	15
3.1.5	Comissão Consultiva	15
3.1.6	Comissões Técnicas	15
3.1.7	Actividades internacionais	16
3.1.8	Acordos internacionais	17
3.1.9	Satisfação de clientes	18
3.1.10	Resultados Estatísticos da Acreditação	19
3.1.11	Resultados Estatísticos da Certificação Acreditada	23
3.2	Resultados Económicos e Financeiros	24
3.2.1	Análise orçamental	24
3.2.2	Análise económica	24
3.2.3	Análise financeira	25
4	Anexos	27

Total de Páginas: 33

1 Nota Introdutória

O presente Relatório tem por objectivo dar a conhecer os resultados da actividade desenvolvida pelo Instituto Português de Acreditação, I.P. (IPAC) relativos ao ano de 2006. Neste primeiro capítulo apresenta-se a instituição, seus objectivos e enquadramento, e depois nos capítulos seguintes apresentam-se os meios e os resultados obtidos.

1.1 O IPAC

O IPAC foi constituído em 2004 pelo Decreto-Lei nº 125/2004 de 31 de Maio, por cisão do serviço de acreditação do Instituto Português da Qualidade, I.P. (IPQ), entidade que detinha as funções de organismo nacional de acreditação desde 1986. Esta cisão ficou a dever-se à necessidade de isolar as actividades de acreditação de acordo com os requisitos normativos internacionais (NP EN ISO/IEC 17011) que o organismo de acreditação tem de cumprir. Os estatutos foram publicados na Portaria nº 283/2005 de 21 de Março.

O IPAC é um instituto público, com personalidade jurídica, autonomia financeira e administrativa e património próprio, sob a tutela do Ministro da Economia e Inovação. O IPAC possui uma organização simplificada, sendo dirigido por um Director, coadjuvado por coordenadores operacionais, com uma equipa de colaboradores técnicos, dado que de acordo com o Decreto-Lei que o criou, os serviços de apoio (financeiros, jurídicos, logísticos, recursos humanos e informática) são prestados pelo IPQ.

O IPAC foi envolvido no PRACE (Programa de Reforma da Administração Central do Estado) durante 2006, o qual concluiu pela sua externalização, conforme disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº39/2006 e no Decreto-lei nº 208/2006 de 27 de Outubro, aguardando-se portanto pela sua regulamentação.

1.1.1 Missão

O IPAC tem por missão assegurar o funcionamento do sistema nacional de acreditação, de acordo com os requisitos internacionais aplicáveis à actividade.

1.1.2 Visão

Ser reconhecido em todos os seus domínios de actividade, a nível nacional, europeu e internacional, como um organismo cujo actuação constitui uma mais-valia inequívoca de credibilidade e confiança.

1.1.3 Valores

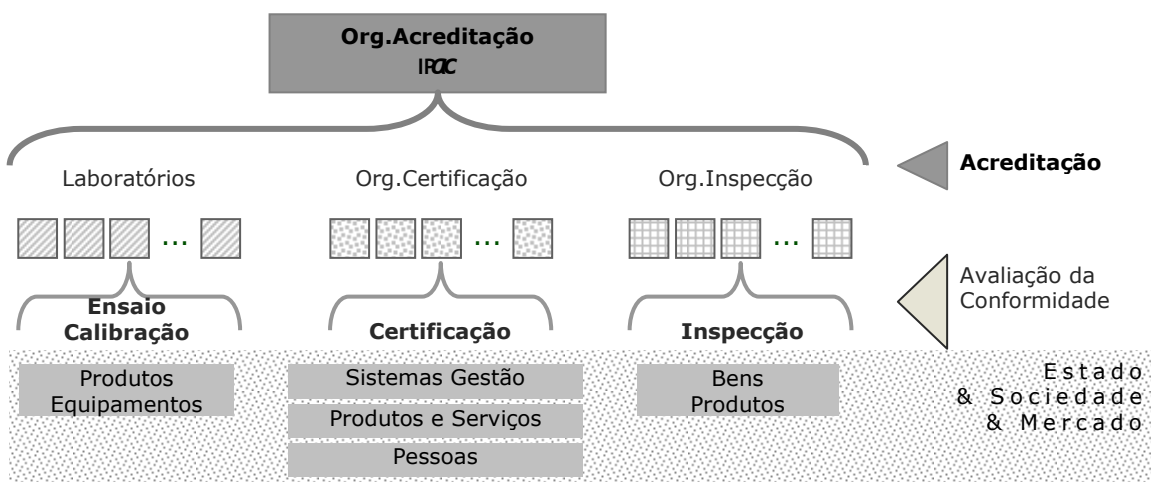
Para cumprir a sua missão e atingir a visão, o IPAC assume como valores principais a competência, a idoneidade, a imparcialidade e a eficiência.

1.2 A acreditação

A acreditação consiste num processo de reconhecimento da competência técnica de entidades para executarem determinadas actividades técnicas, nomeadamente de avaliação da conformidade.

Estas actividades de avaliação da conformidade podem consistir na realização de:

- Ensaio, quer sejam a produtos industriais, ambientais, géneros alimentícios ou de saúde humana; estes ensaios, análises e exames podem destinar-se a vários fins, nomeadamente para verificar a conformidade com a legislação nacional e comunitária, ou com especificações de marcas e normas internacionais para fins comerciais;
- Calibrações, de padrões e instrumentos de medição; as calibrações visam demonstrar a aptidão dos equipamentos para os fins a que se destinam;
- Certificação de sistemas de gestão (da qualidade ou ambiental); a certificação do sistema de gestão visa proporcionar confiança nos resultados da actividade certificada, e é feita com base em normas internacionais (e.g. ISO 9001 e ISO 14001);
- Certificação de produtos, que visa demonstrar a conformidade dos produtos com determinados requisitos, estabelecidos em normas ou normativos internacionais, ou pelo próprio certificador;
- Certificação de pessoas, que atesta a competência das pessoas certificadas para realizarem determinadas actividades técnicas, de acordo com padrões e normas estabelecidas;
- Verificação ambiental, com vista a avaliar a conformidade com a legislação e a validar a declaração ambiental e o sistema de eco-gestão e auditoria de acordo com o Regulamento EMAS;
- Inspecções, a produtos, equipamentos, instalações, processos ou projectos, com vista a demonstrar a sua conformidade com requisitos gerais ou específicos; a actividade de inspecções é normalmente executada com vista a garantir a segurança de pessoas e bens, e enquadrada em disposições legais e regulamentares.

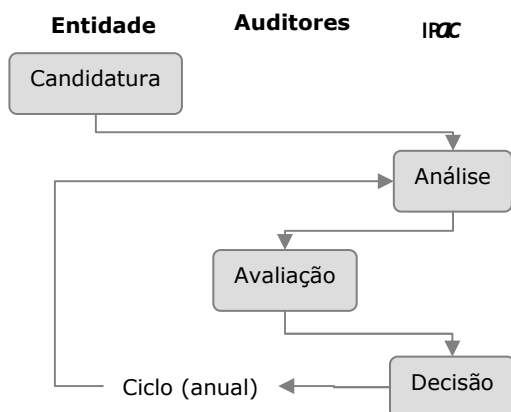


Dado que as entidades que realizam estas operações de avaliação da conformidade concorrem entre si no mercado (nacional e internacional), e que elas têm um impacto na sociedade, sob diversos pontos de vista tais como a qualidade de vida, segurança e saúde públicas, comércio, protecção ambiental, foi criado um mecanismo de regulação, a acreditação, que estabelece um nível adequado de competência técnica para o exercício dessas actividades.

A acreditação constitui também uma ferramenta de racionalização da Administração Pública, permitindo delegar tarefas e serviços tradicionalmente executados pelo Estado em terceiros, mantendo ao mesmo tempo um controlo técnico e independente sobre as prestações de serviço que são delegadas.

O desenvolvimento das actividades de acreditação na Europa está ligada à criação do Mercado Único Europeu, visando remover barreiras técnicas ao comércio intracomunitário através da aceitação mútua de bens e serviços cuja avaliação da conformidade tenha sido feita por entidades acreditadas - para que houvesse esta mútua aceitação das creditações era necessário que ela fosse efectuada de forma semelhante e equivalente em todos os países da União Europeia, usando os mesmos critérios e procedimentos, por organismos de acreditação que se demonstrassem equivalentes. A actividade de acreditação rege-se assim por normas internacionais e códigos de conduta comuns.

Assim, foi criado um sistema de reconhecimento mútuo das creditações pela confederação europeia de acreditadores (EA, *European cooperation for Accreditation*) que inclui a realização de avaliações inter pares periódicas, bem como a participação em trabalhos de harmonização e desenvolvimento da actividade de acreditação. Com a globalização do mercado, os acordos existentes a nível europeu alargaram-se para o foro internacional, através dos acordos das confederações internacionais de acreditadores (ILAC - *International Laboratory Accreditation Cooperation* e IAF - *International Accreditation Fórum*).



O processo de acreditação segue os requisitos internacionais estipulados e aceites (NP EN ISO/IEC 17011, bem como regras da EA, ILAC e IAF), compreendendo uma fase de candidatura, a sua análise, a avaliação da entidade, e a posterior decisão de acreditação - todo o processo está descrito no Regulamento Geral de Acreditação (DRC001), disponível na página electrónica do IPAC, sendo complementado por Procedimentos de Acreditação específicos de cada área.

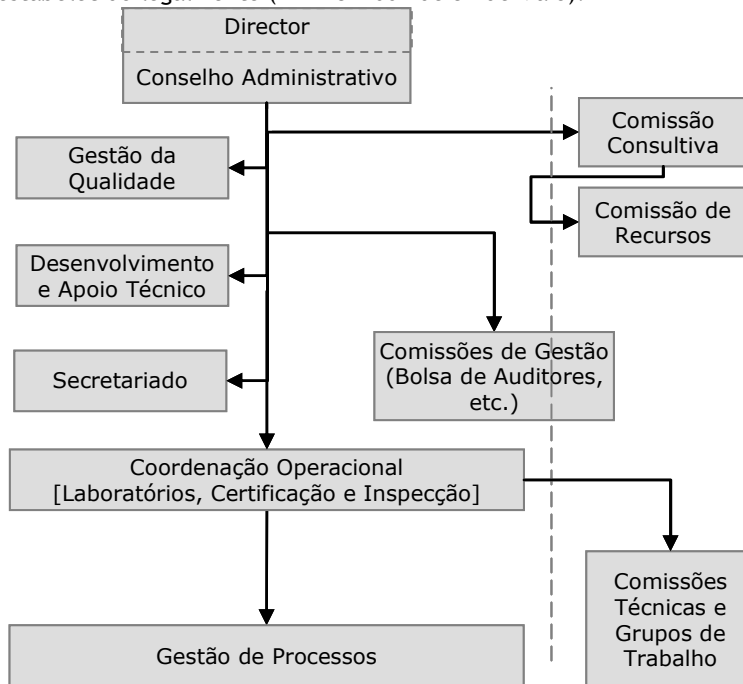
A avaliação desenrola-se recorrendo a um corpo de especialistas, qualificados e treinados pelo IPAC, bem como em acções complementares de avaliação de desempenho (e.g. comparações).

No processo de decisão é tomado em conta o parecer dos auditores e de eventuais entidades regulamentares.

2 Meios e Recursos

2.1 Estrutura organizacional

O IPAC possui uma estrutura simplificada, em que os serviços de apoio são prestados pelo IPQ, conforme estabelecido legalmente (DL 125/2004 de 31 de Maio).



O IPAC é dirigido por um Director, assistido por um Conselho Administrativo composto pelos Coordenadores Operacionais. Estes coordenam as actividades de acreditação no seu sector, e o trabalho dos Gestores de Processo. Existe uma unidade para as tarefas de desenvolvimento e apoio técnico, bem como para a gestão da qualidade. O trabalho é apoiado por um secretariado, e por comissões de gestão internas.

O IPAC possui uma Comissão Consultiva, representativa das partes interessadas, com fins de supervisão da sua imparcialidade e aconselhamento estratégico. Ligada a esta funciona a Comissão de Recursos que aprecia os recursos às decisões de acreditação do IPAC.

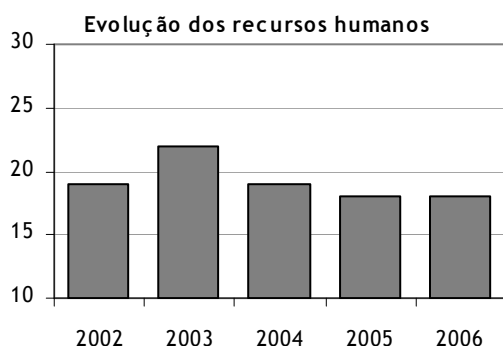
O IPAC recorre ainda a Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho tendo em vista aceder a peritos e especialistas nas matérias de avaliação da conformidade, discutir temas e assuntos relacionados com a actividade de acreditação, e harmonizar práticas e procedimentos de acreditação.

2.2 Recursos Humanos

2.2.1 Colaboradores

O IPAC foi criado em 2004, com a disposição de que transitavam para o seu quadro os colaboradores à altura afectos ao serviço de acreditação do IPQ, estando estipulado o regime de contrato individual de trabalho (excepto para os funcionários públicos que pretendessem manter o vínculo).

Tendo em conta a decisão de externalização tomada no âmbito do PRACE, o quadro de pessoal não chegou a ser aprovado, tendo-se optado por efectuar aquisições de serviço para garantir a operacionalidade do IPAC, face às sucessivas saídas de funcionários públicos em 2004, 2005 e 2006.

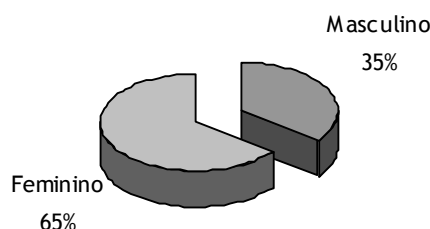


Assim, à data de 31 de Dezembro de 2006, estavam afectas ao IPAC 17 pessoas, das quais 2 funcionários públicos (menos 4 que na data da criação em 2004), existindo na mesma data 14 aquisições de serviço e o Director (em comissão de serviço). No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº38/2006, foi posteriormente autorizada a continuidade das aquisições de serviço até à externalização do IPAC, dada a sua imprescindibilidade para a operacionalização do IPAC.

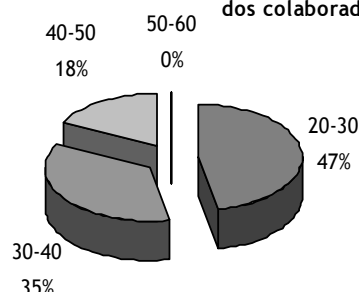
A evolução dos recursos humanos disponíveis mostra uma tendência decrescente nos últimos anos (ver figura ao lado), o que não acompanha o crescimento operacional, dificultando algumas melhorias na qualidade do serviço.

A distribuição dos recursos humanos por sexo e por faixa etária (ver figuras abaixo) mostra uma população maioritariamente feminina e relativamente jovem.

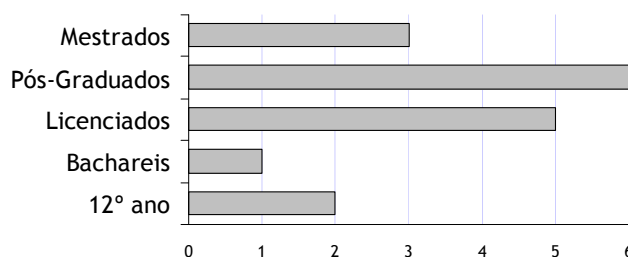
Distribuição dos colaboradores por sexo



Distribuição etária dos colaboradores



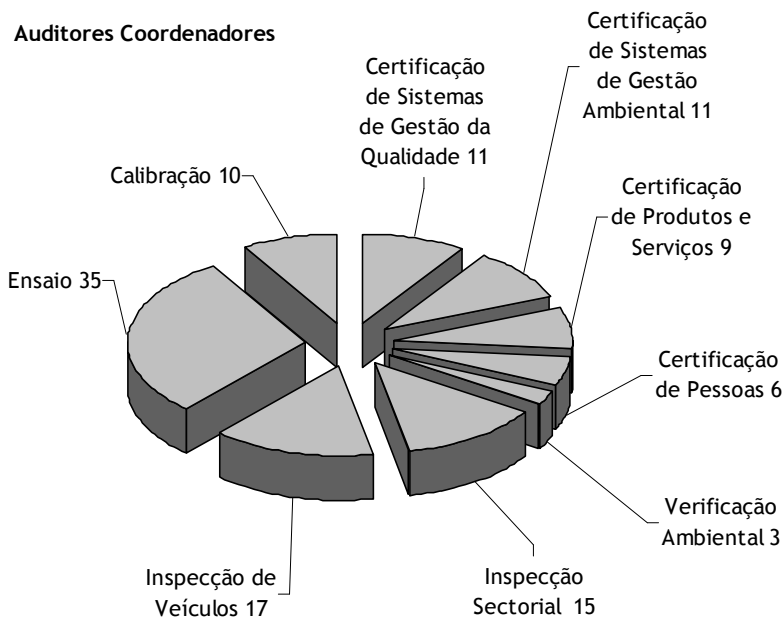
A actividade de acreditação tem um grande nível de tecnicismo, o que está patente no elevado nível de habilitações dos seus colaboradores, e na sua diversificação por várias áreas científicas (ver quadro ao lado) - a taxa de colaboradores com formação superior foi de 88% (89% em 2005) e a taxa de colaboradores com pós-graduações foi de 53% (50% em 2005).



O IPAC tem implementado um sistema de avaliação do desempenho (SIADAP) dos colaboradores, recorrendo também a inquéritos juntos dos clientes para obter informação sobre o seu desempenho (ver adiante).

2.2.2 Recursos externos

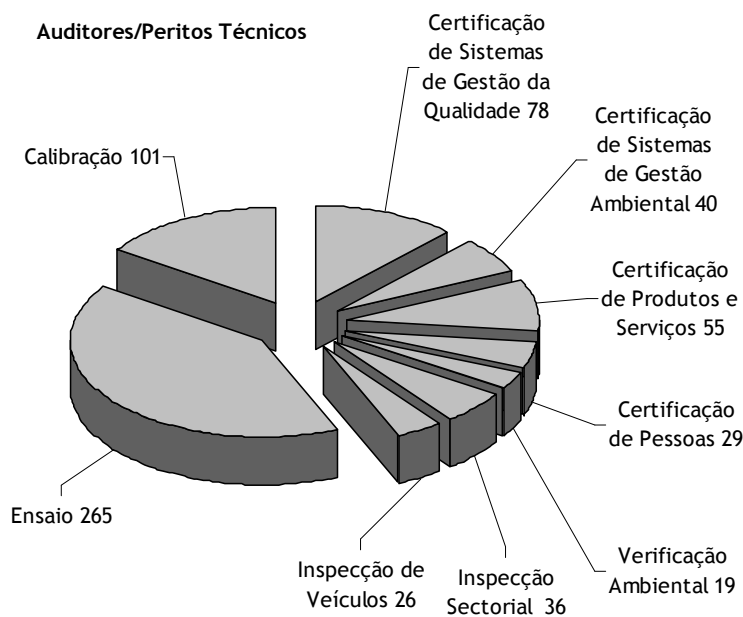
O IPAC recorre a uma Bolsa de Avaliadores a qual integra Auditores e Peritos, para realizar as actividades de avaliação e auditoria das entidades acreditadas e candidatas. O processo de qualificação como auditor exige a frequência de acções específicas promovidas pelo IPAC, e para a manutenção da qualificação é tida em conta a frequência de acções de actualização e harmonização, bem como o resultado da avaliação dos registos de auditoria, da avaliação do desempenho feitas pelos clientes auditados, e de supervisões de auditorias pelo IPAC.



A Bolsa de Avaliadores do IPAC era composta por **294** pessoas (283 em 2005).

Estas pessoas reúnem um total de 763 qualificações:
- 117 qualificações como auditor coordenador (146 em 2005);
- e 646 qualificações como auditor ou perito técnico (649 em 2005).

As qualificações como auditor coordenador são diferenciadas segundo o esquema de acreditação usado, encontrando-se distribuídas como apresentado na figura ao lado. Em 2006 foi efectuada uma redução de auditores coordenadores activos de modo a melhorar a harmonização e aumentar a eficiência.



As qualificações como auditores ou peritos técnicos são diferenciadas ao tipo de actividade técnica realizada - na calibração, por grandezas e famílias de instrumentos ou padrões; nos ensaios, por tipo de produtos e metodologias; na inspecção, pelo tipo de itens; e na certificação, pelos âmbitos de acreditação.

Na figura ao lado estão apresentadas as qualificações de auditores e peritos técnicos, distribuídas pelos esquemas de acreditação vigentes. Salienta-se a preponderância de auditores técnicos para laboratórios de ensaios, que reflecte a diversidade de áreas técnicas em que o IPAC actua.

Face a 2005 houve um ligeiro aumento na área da certificação de produtos e na de ensaios.

2.2.3 Serviços de apoio

Conforme previsto no Decreto-Lei nº125/2004 de 31 de Maio, o IPAC contratou com o IPQ a prestação de serviços de apoio, nomeadamente na área financeira, informática, recursos humanos e logística. Por este motivo, o IPAC não tem pessoal afecto a estas actividades.

2.3 Recursos Materiais

Tendo o IPAC sido criado em 2004, com sede no concelho de Almada, e ficando estabelecida a prestação de serviços de apoio pelo IPQ, incluindo a utilização das suas instalações, não houve necessidade de constituir património significativo para a operacionalização imediata. Por outro lado, tendo durante 2006 o PRACE concluído pela futura externalização do IPAC, tornou-se também inoportuna a constituição de património.

2.3.1 Instalações

O IPAC está sediado no Monte de Caparica, nas instalações do IPQ sitas na Rua António Gião, ocupando a ala nascente do 5º piso no edifício central, ao abrigo de um contrato de prestação de serviço entre o IPAC e o IPQ.

2.3.2 Sistema informático

Para gerir a actividade de acreditação o IPAC desenvolveu um sistema informático onde regista as informações mais relevantes dos seus processos, e que permite o planeamento de um vasto conjunto de auditorias e actividades, bem como visualizar os resultados das mesmas. Este sistema de gestão está suportado em bases de dados mantidas internamente.

A gestão financeira e de recursos humanos é também suportada em ferramentas informáticas.

O IPAC criou e mantém uma página electrónica (www.ipac.pt) com vista a melhorar o acesso à informação por parte dos clientes e partes interessadas, bem como divulgar e publicitar as suas actividades e as listas de entidades acreditadas.

2.3.3 Arquivo

Para além do sistema informático, o IPAC mantém um arquivo físico das suas actividades, incluindo pastas para cada processo de acreditação. Existe igualmente um arquivo de processos individuais de cada auditor, o qual pode ser consultado pelos próprios para verificação e actualização dos dados.

Estes arquivos são essenciais para demonstrar perante terceiros a qualidade do trabalho do IPAC, e justificar a sua actuação.

2.4 Sistema de Gestão

O IPAC para ser reconhecido internacionalmente tem de cumprir os requisitos da norma NP EN ISO/IEC 17011, que preconiza a implementação de um sistema de gestão, com vários elementos.

2.4.1 Política da Qualidade

É objectivo do IPAC contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da economia portuguesas, através da prestação de serviços de acreditação no âmbito regulamentar e voluntário, nacional e internacionalmente reconhecidos, e geradores de valor para os seus clientes e partes interessadas.

Para tal, considera-se necessário implementar e melhorar continuamente o seu Sistema de Gestão e a sua actuação de acordo com a NP EN ISO/IEC 17011, tendo em conta a satisfação das expectativas dos seus clientes e das partes interessadas.

O Director compromete-se a disponibilizar os meios e recursos necessários para alcançar os objectivos enunciados, e incita e responsabiliza todos os colaboradores a implementarem o Sistema de Gestão, reportando sempre a necessidade de o melhorar.

Reconhece-se ao Gestor da Qualidade a autoridade para coordenar esta implementação e melhoria, em articulação directa com o Director.

2.4.2 Objectivos

Os objectivos globais para o IPAC em 2006 eram:

- recuperar a adesão aos Acordos de Reconhecimento Mutuo da EA para Laboratórios;
- conseguir a adesão aos restantes Acordos de Reconhecimento Mutuo da EA, do IAF e do ILAC;
- melhorar a prestação de serviços de acreditação, simplificando passos.

Os objectivos globais referentes aos Acordos de Reconhecimento Mutuo foram totalmente atingidos, tendo sido conseguida a adesão total, na sequência da avaliação internacional inter-pares realizada em 2005 e do sucesso das acções correctivas e de melhoria implementadas em 2006.

No âmbito dos objectivos mensuráveis do IPAC para 2006 foram realizados eventos sobre acreditação (Dia da Acreditação / Jornadas de Reflexão e Inovação), o desenvolvimento de novos esquemas de acreditação (acreditação segundo a NP EN ISO 15189 e transição para a NP EN ISO/IEC 17025:2005), a execução satisfatória do plano de avaliações, e a realização de diversas acções de formação e supervisão de auditores.

2.4.3 Sistema Documental

Para apoiar a implementação do sistema de gestão, foram elaborados diversos documentos e procedimentos, centrados pelo Manual da Qualidade, o qual foi revisto a 15 de Janeiro de 2006 para ter em conta os resultados da avaliação inter-pares da EA.

A 31 de Dezembro de 2006 o sistema documental do IPAC compreendia 123 documentos em vigor, tendo sido revistos vários documentos na sequência da avaliação inter-pares da EA, e criados novos.

O sistema documental encontra-se totalmente suportado e controlado informaticamente, sendo visualizado por todos os colaboradores, e com alguns documentos distribuídos pelos avaliadores externos do IPAC.

2.4.4 Melhoria contínua

No âmbito da política de melhoria contínua, foi implementado um sistema de medição por **indicadores de processo**, para apoio à tomada de decisões pela gestão. Estes indicadores incidiram quer sobre a medição de tempos processuais e de controlo de execução, quer sobre o retorno de informação de origem externa.

Foi delineado um **programa de formação** dos colaboradores para 2006, que contemplou a realização das seguintes acções:

- Metodologias de Auditorias de Acreditação de Laboratórios Clínicos - ISO 15189, para 6 colaboradores;
- EurepGap Train-the-Trainer Workshop (IFA) por 1 colaborador;
- Certificação de produtos no contexto europeu e internacional, para 15 colaboradores;
- Aspectos comportamentais em auditorias (CEQUAL), para 11 colaboradores;
- Avaliação de Certificados de Calibração, para 11 colaboradores;
- Avaliação de Ensaio Interlaboratoriais, para 11 colaboradores;
- Controlo da Qualidade em Análise Química, para 11 colaboradores;
- Inspeções GPL (CEPRA), para 1 colaborador;

- Qualidade Total e CAF (Significado), para 1 colaborador;
- Auditores Florestais (PEFC), para 1 colaborador.

Foram desenvolvidas ainda outras acções sob esta perspectiva, que são apresentadas noutras secções.

No âmbito da melhoria contínua a gestão de **reclamações** fornece orientações valiosas, abrangendo quer a actuação do IPAC, quer a actuação das entidades acreditadas. O IPAC tem por política considerar as reclamações como oportunidades de melhoria, pelo que agradece o contributo prestado por esta via.

Durante o ano de 2006 foram recepcionadas 10 **reclamações sobre a actuação do IPAC**, menos 5 do que no ano de 2005. As reclamações recepcionadas são, de uma maneira geral, sobre a actividade operacional, critérios de acreditação, actuação de auditores e aspectos financeiros. A percentagem continua a ser relativamente baixa face ao número de clientes (rácio ~2%).

Verifica-se que a maior proveniência de reclamações continua a ser do domínio da acreditação de Laboratórios (90%), tendência que se tem verificado desde 2003 - a tal não será alheio o facto de os laboratórios constituírem o maior segmento de clientes do IPAC.

Analisadas as reclamações, 3 foram consideradas não procedentes por não se considerarem como justificados ou provados os motivos apresentados pelos reclamantes ou por se reportarem a situações do passado já ultrapassadas. O IPAC identificou 7 situações que careciam de implementação de correcção e acção correctiva, salientando-se a alteração da metodologia de fecho das avaliações, e a implementação da metodologia para regularização das obrigações financeiras pelos clientes.

Em 2006 registaram-se 21 **reclamações sobre entidades acreditadas**, mais 4 reclamações do que no ano anterior, mantendo-se a tendência de crescimento já verificada em 2005, em sintonia com o crescimento do número de entidades acreditadas. Fazendo uma análise comparativa da distribuição destas reclamações por domínio de acreditação, com o ano de 2005, verifica-se a duplicação do número de reclamações sobre os organismos de certificação, a manutenção de reclamações sobre os organismos de inspecção e a diminuição, para metade, das reclamações sobre os laboratórios.

No domínio dos organismos de inspecção o sector das redes, ramais e instalações de gás e o esquema de inspecção de veículos são as entidades objecto de mais reclamações, possivelmente por serem actividades mais perceptíveis ao cidadão comum.

No que respeita às reclamações sobre organismos de certificação continua a verificar-se que apenas são objecto de reclamação os organismos de certificação de sistemas de gestão da qualidade. O incremento de reclamações sobre os organismos de certificação justifica-se pelo esclarecimento do IPAC para a cadeia de responsabilidade no tratamento das reclamações, acção implementada em 2005 na sequência da recepção de dezenas de reclamações recebidas sobre empresas certificadas.

À semelhança do ano anterior continuamos a não recepcionar reclamações sobre laboratórios de calibração.

Foram ainda recepcionadas **reclamações sobre empresas certificadas**, as quais são normalmente encaminhadas para o organismo de certificação respectivo, para que este accione o seu mecanismo de tratamento de reclamações - apenas quando este mecanismo se revela insuficiente ou inadequado o IPAC intervém sobre o organismo de certificação - relembra-se que o IPAC não tem ligação contratual com as empresas certificadas, tal é da competência dos organismos de certificação.

2.4.5 Auditorias Internas

O sistema de gestão do IPAC abrange a realização de auditorias internas como forma de auto-avaliação e melhoria, tendo sido realizadas as seguintes acções:

- uma auditoria interna por 3 elementos externos, 2 dos quais possuíram qualificação como *EA Team Member* para avaliações inter-pares, em 21 - 23 de Novembro de 2006;
- oito auditorias verticais aos processos, realizadas pelos colaboradores do IPAC.

2.4.6 Revisão pela Gestão

O IPAC encetou a revisão do seu funcionamento em 15 de Dezembro de 2006, com a participação do Director, que aprovou as conclusões.

3 Resultados

3.1 Resultados Operacionais

3.1.1 Acreditações

O número total de entidades acreditadas continuou a crescer em 2006, tendo-se terminado o ano com **567 entidades acreditadas**.

Durante o ano de 2006 foram concedidas **42 novas creditações** (27 em 2005), na maioria para laboratórios de ensaios, e para organismos de inspecção. Em 2006 ocorreram **11 anulações** de creditações, maioritariamente na área dos laboratórios, geralmente provenientes de fusões ou reestruturações das entidades.

A diminuição que se verificou na área dos laboratórios de calibração é aparente, uma vez que devido a um processo de reclassificação das

actividades de controlo metrológico, estas saíram da área de calibrações para a área de ensaios, tendo ainda ocorrido algumas fusões de laboratórios da mesma entidade.

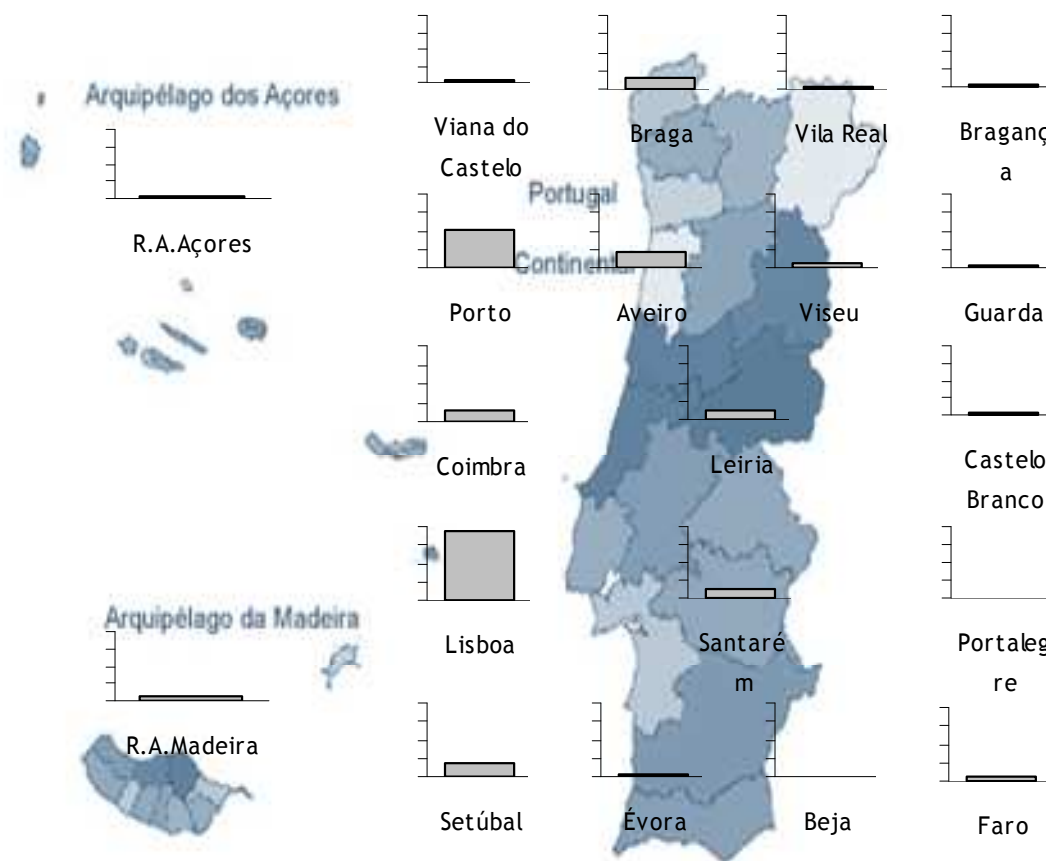
De salientar que entre 2002 e 2006 houve um aumento líquido de **105 entidades acreditadas**, o que corresponde a um **acréscimo de quase 25%** da actividade de acreditação do IPAC, essencialmente na área dos ensaios e inspecções.

A **distribuição geográfica** das creditações está apresentada no quadro e figura seguintes, observando-se uma maior incidência no centro, norte e litoral do país, em consonância com outros indicadores nacionais.

Distrito	Total	Laboratórios		Org. Certificação				Org. Verif EMAS	Org. Inspeção	
		Calibração	Ensaio	Sistemas	Ambiente	Produtos	Pessoas		Sectorial	Veículos
Aveiro	44	4	27						2	11
Beja	3		1							2
Braga	30		14						2	14
Bragança	6		2							4
Castelo Branco	8		4							4
Coimbra	27	2	12						2	11
Évora	9	1	3						1	4
Faro	14		3						1	10
Guarda	4									4
Leiria	25	2	7						1	15
Lisboa	185	18	102	8	6	4	2	4	17	24
Portalegre	3									3
Porto	104	7	51	1		1	1	1	15	27
Santarém	26	1	13							12
Setúbal	34	4	18			1			1	10
Viana do Castelo	8		2							6
Vila Real	4								1	3
Viseu	12		7							5
R.A. Açores	9	1	2							6
R.A. Madeira	10	1	6							3
Estrangeiro*	1	1								
TOTAL	566	42	274	9	6	6	3	5	43	178

Apesar de haver 566 entidades acreditadas no final de 2006, dado que cada uma pode ter mais que um local ou instalação abrangido pela acreditação, tal corresponde a **637 locais** cobertos pela acreditação IPAC.

À semelhança de 2005, continua a verificar-se (ver figura abaixo) que os organismos de inspecção de veículos têm a maior cobertura do país, seguida dos laboratórios de ensaio; os organismos de certificação mantêm uma distribuição muito localizada nos dois maiores centros urbanos do país - na figura abaixo cada traço da escala corresponde a 50 entidades acreditadas.



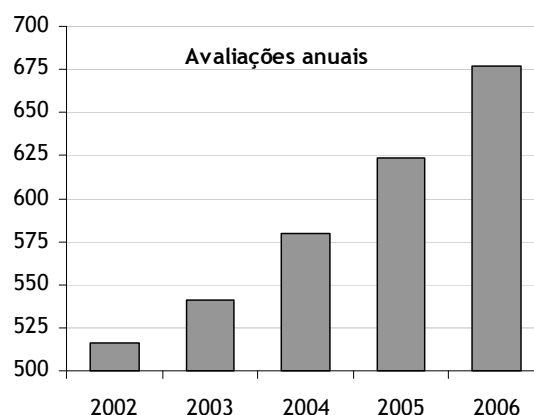
As listas de entidades acreditadas estão disponíveis na página electrónica do IPAC (www.ipac.pt), na secção Directório, sendo regularmente actualizada - dado que a acreditação é uma actividade dinâmica, em que pode por um lado haver suspensões e anulações das acreditações, e por outro ocorrerem concessões ou extensões da acreditação, recomenda-se a consulta da página electrónica sempre que necessário.

3.1.2 Avaliações e Auditorias

O processo de acreditação envolve sempre a realização de avaliações às entidades (auditorias) e no caso de organismos de certificação são efectuados igualmente testemunhos das auditorias dos organismos de certificação.

Em 2006 foram efectuadas **677 avaliações**, das quais 40 foram auditorias de concessão a novas entidades (36 em 2005), a maior parte das quais foram a laboratórios de ensaio.

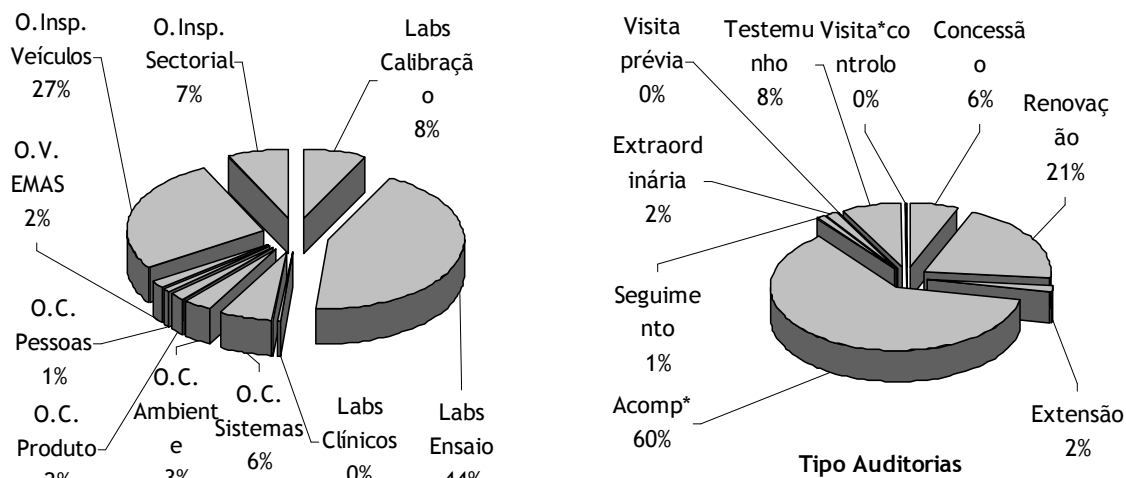
O número de avaliações anuais tem vindo a crescer desde 2002, com um incremento de 8% em 2005 e 2006 e de 31% desde 2002. O aumento do número de **novos processos** de acreditação e o aumento de testemunhos na certificação têm contribuído para este crescimento.



Nos gráficos seguintes apresenta-se a distribuição das avaliações pelos tipos de entidades e tipos de auditorias, salientando-se que:

- as avaliações aos laboratórios constituem mais de metade das avaliações (tal como em 2005);
- os acompanhamentos foram a grande maioria de todas as avaliações efectuadas (enquanto em 2005, houve maior percentagem de renovações devido ao peso do ciclo de renovação dos laboratórios).

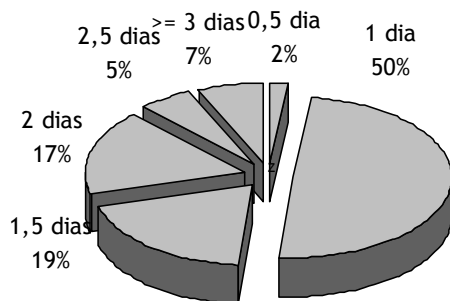
Realça-se ainda a realização da primeira visita de controlo efectuada a um organismo de certificação, bem como das primeiras avaliações de laboratórios clínicos pela NP EN ISO 15189.



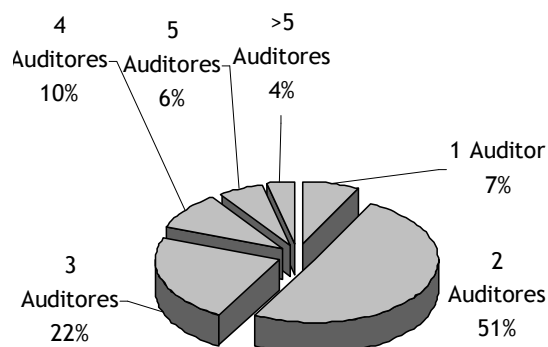
Relativamente à duração das avaliações, pode ver-se abaixo que a grande maioria foram de 1 dia, em maior percentagem que em 2005, tendo as avaliações de 1,5 dia sido em menor percentagem; as avaliações de 0,5 dia corresponderam novamente a extensões isoladas, a testemunhos e avaliações extraordinárias.

A maioria das avaliações foi efectuada com 2 auditores, situação típica em que intervém um auditor coordenador e um auditor ou perito técnico. Devido à realização de algumas acções de avaliação num mesmo acto, notou-se um ligeiro aumento do número de auditorias com vários peritos, em comparação com 2005.

Duração Auditorias



Nº Auditores



3.1.3 Eventos e Acções realizadas

Durante o ano de 2006 o IPAC realizou os seguintes eventos com diferentes objectivos:

- **Dia da Acreditação - Jornadas de Reflexão e Inovação (2006-05-31)** - evento destinado a promover e incrementar o contacto com os clientes e auditores, efectuar um balanço de actividades e resultados; Nas Jornadas de Reflexão e Inovação foram identificadas acções de melhoria;
- **Acções de formação de auditores:**
 - Metodologias de auditorias segundo a ISO 15189:2003
 - Metodologias de auditorias técnicas na Norma NP EN ISO/IEC 17025:2005
- **Acções de supervisão de auditores**, por testemunho presencial das auditorias efectuada por 93 auditores, realizando-se um total de 102 acções, uma vez que o desempenho de alguns auditores foi testemunhado em mais do que esquema de acreditação; as supervisões têm por fim promover a melhoria e harmonização da actuação dos auditores.

O IPAC interveio ainda nos seguintes **eventos externos**, a convite dos respectivos organizadores:

- Contributos para a Competitividade da Economia - evento promovido pelo IEP na comemoração dos 25 anos;
- Evolução da actividade de Acreditação dos Organismos de Inspeção de Veículos - evento promovido pela ANIVAP, ACE por altura das 9ª Jornadas Técnicas do agrupamento;
- Sessões de divulgação do esquema de acreditação "Equipamentos Desportivos" - eventos promovidos pelas Câmaras Municipais do Barreiro e de Estremoz

- Seminários de divulgação da NP EN ISO 15189 - eventos promovidos pela Ordem dos Farmacêuticos.

Durante o ano de 2006 foram **publicados** pela primeira vez os seguintes documentos públicos:

- Procedimento para Acreditação de Organismos de Verificação Ambiental (DRC008)
- Guia para a estimativa de incerteza em ensaios microbiológicos (OGC005)
- Guia para a estimativa de incerteza em ensaios químicos (OGC007)
- Guia para a aplicação da ISO/IEC 17020 (OGC006)

Foram alvo de **revisão** em 2006 os seguintes documentos públicos:

- Regulamento de Recursos (DRC003)
- Procedimento para Acreditação de Organismos de Certificação (DRC006)
- Guia Interpretativo da NP EN ISO/IEC 17025:2005 (OGC001)
- Guia Interpretativo da NP EN ISO 15189 (OGC004)

3.1.4 Comunicação e Imagem

Durante o ano de 2006 o IPAC monitorizou a implementação dos novos os símbolos de acreditação, **de acordo com** o Regulamento dos Símbolos de Acreditação (DRC002), que estabelece o seu uso e se encontra disponível na página electrónica do IPAC - foi criado o **símbolo para Laboratórios Clínicos acreditados**, em consequência da disponibilização desse esquema de acreditação.

Para os anteriores símbolos de acreditação do IPQ tinha sido estabelecido um prazo de transição até 31 de Maio de 2006 para terminar o seu uso, não podendo ser garantido e accionado o reconhecimento internacional das acreditações salvo pela utilização dos novos símbolos de acreditação IPAC.

Símbolos de Acreditação:



3.1.5 Comissão Consultiva

Durante o ano de 2006 foram consolidados os trabalhos da **Comissão Consultiva** do IPAC, prevista nos seus estatutos e exigida pelos requisitos normativos da NP EN ISO/IEC 17011. Foi alargada a participação de entidades, de modo a contemplar melhor a representação das diferentes partes interessadas.

Foram realizadas 3 reuniões, em 23 de Fevereiro, 11 de Maio e 27 de Novembro de 2006, tendo sido discutidos os seguintes temas:

- os resultados da avaliação inter pares realizada pela EA e as consequências da adesão do IPAC aos Acordos de Reconhecimento Mútuo;
- as implicações do PRACE no futuro do IPAC e a consequente revisão dos objectivos e prioridades para 2006-2007;
- a apreciação do relatório de actividades de 2005 e a envolvente internacional;
- a supervisão da imparcialidade do IPAC, com particular ênfase no uso de avaliadores e Comissões Técnicas;
- a revisão do procedimento de recursos (DRC003), e o acompanhamento de um recurso apresentado.

3.1.6 Comissões Técnicas

Na área da acreditação de laboratórios estiveram activas as seguintes comissões sob coordenação do IPAC:

- **Comissão Técnica de Análises Clínicas**, que se reuniu 6 vezes em 2006. Desenvolvimento de documentação auxiliar à implementação do esquema de acreditação Laboratórios Clínicos - ISO 15189.
- **Grupo de Trabalho das Emissões Gasosas**, que se reuniu 7 vezes em 2006; este grupo de trabalho é partilhado com a RELACRE. Uniformização dos critérios de avaliação entre auditores; identificação de dificuldades na estimativa de incertezas das medições.

- **Grupo de Trabalho de Ensaio Químicos e Microbiológicos**, que se reuniu 5 vezes em 2006. Conclusão do guia “Quantificação de incerteza em ensaios químicos”.
- **Grupo de Trabalho de Ensaio Não Destrutivos**, que se reuniu 4 vezes em 2006. Harmonização de critérios de acreditação e continuação do guia para acreditação de Laboratórios de Ensaio não-Destrutivos, tendo já sido concluído para os métodos de líquidos penetrantes e magnetoscopia.
- **Grupo de Trabalho de Protecção Radiológica (laboratórios/inspecção)**, que teve a sua 1ª reunião em 2006 com vista à disponibilização do serviço de acreditação neste sector.

Na área da acreditação de organismos de certificação esteve activa:

- **Comissão Técnica de Acreditação de Certificadores**, que se reuniu 4 vezes durante 2006. Esta comissão abrange todas as actividades de certificação e nela estão representados os clientes, os auditores e outras partes interessadas. Durante o ano de 2006 foram discutidos: os procedimentos de acreditação de certificadores (DRC006) e verificadores ambientais (DRC008); os resultados dos inquéritos às práticas de certificação em 2004 e 2005; a implementação da Base de Dados nacional de Empresas Certificadas; o desenvolvimento de novos serviços de acreditação e certificação; a harmonização das durações de auditorias de certificação e a harmonização de auditorias de certificação de sistemas de gestão integrados (OGA003); o estudo de casos relativos ao cumprimento das disposições de acreditação; a implementação dos Guias IAF e da ISO/IEC 17021. Foi ainda acompanhado a evolução da avaliação inter pares da EA, bem como o desenrolar do PRACE e os trabalhos da Comissão Consultiva.
- **Grupo de Trabalho ISO 22000**, que se reuniu 2 vezes em 2006, para discutir a metodologia e procedimento de acreditação para a certificação de sistemas de gestão da segurança alimentar.

Na área da acreditação de organismos de inspecção estiveram activas as seguintes comissões sob coordenação do IPAC:

- **Comissão Técnica de Acreditação de Organismos de Inspeção de Veículos**, que se reuniu 8 vezes durante 2006, tendo-se concluído a tradução do Guia ILAC/IAF A4 referente à interpretação da ISO/IEC 17020 (OGC006); Identificação das grandezas dos equipamentos utilizados nos centros de categoria B que requerem garantia da rastreabilidade das suas medições; início da definição dos critérios de aceitação dos resultados de operações de controlo metrológico;

O IPAC acompanhou ainda os trabalhos das seguintes **comissões externas**:

- Comissão Nacional de transporte de Mercadorias Perigosas (DGTT);
- Comissão Sectorial da Água (IPQ);

O IPAC acompanhou e colaborou nas **actividades de normalização** das seguintes comissões:

- CT 147 (APQ) - Avaliação da conformidade - acompanha o ISO/CASCO e o CEN/CENELEC/TC1
- CT 150 (IA) - Gestão ambiental
- CT 87 (APORMED) - Materiais de uso Médico-Farmacêutico

3.1.7 Actividades internacionais

Sendo o IPAC já membro da EA e do ILAC, faltava tornar-se membro do IAF, o que veio a suceder na sequência do pedido de adesão feito e de votação positiva dos restantes membros.

O IPAC participou nas seguintes actividades de cooperação internacional:

- Participação no **Encontro Anual IAF-ILAC** em Novembro de 2006 - neste Encontro Anual o IPAC participou nas seguintes reuniões: IAF Multilateral Arrangement Committee, ILAC Arrangement Committee, ILAC Laboratory Committee, IAF General Assembly, ILAC General Assembly, ILAC - IAF Joint General Assembly. Para além de ter sido feito o ponto de situação a nível internacional, aprovadas Resoluções, e efectuadas eleições para os órgãos sociais do ILAC e IAF, foi discutida a adesão de novos signatários aos Acordos de Reconhecimento Mútuo Mundiais - assim, na sequência de discussões favoráveis, o IPAC foi aceite em todos os Acordos existentes, tendo formalizado a adesão na Signing Ceremony.
- Participação nas **Assembleias-gerais (GA)** da EA em Junho e Outubro de 2006 - Nas assembleias-gerais é feito o ponto de situação do trabalho de toda a organização, sendo de realçar os seguintes assuntos: acompanhamento dos trabalhos de revisão da Nova e Velha Abordagem; implementação da NP EN ISO/IEC 17011; cooperação com outras entidades; participação no ILAC e IAF; admissão de novos membros; discussão do orçamento e contas. Estão presentes na EA GA várias partes interessadas, nomeadamente a Comissão Europeia.
- Participação nas reuniões do **Multilateral Agreement Committee (MAC)** da EA em Abril e Outubro de 2006 - Este comité gere os Acordos de Reconhecimento Mútuo da EA, tendo sido tratados os seguintes assuntos: Discussão de avaliações inter-pares, tendo sido considerada como resolvida satisfatoriamente a avaliação do IPAC ocorrida em 2005, o que permitiu tomar a decisão do IPAC passar a ser signatário de todos os Acordos de Reconhecimento Mútuo da EA - foi decidido que o IPAC submeteria no prazo de 1 ano um Relatório de Progresso das acções correctivas, e que de acordo com as regras vigentes (EA-2/01), seria reavaliado no prazo de 2 anos; Discussão da política e procedimento sobre a acreditação de esquemas sectoriais; Discussão das implicações do Acordo de Reconhecimento Multilateral; Discussão do treino e qualificação de avaliadores internacionais; Discussão da política de acreditações

trans-fronteiriça; Discussão do procedimento de avaliação inter-pares. Este comité conta com a participação da Comissão Europeia.

- Participação nas reuniões do **Laboratory Committee (LC) da EA** em Março e Setembro de 2006 - este comité aborda as questões relativas à acreditação de laboratórios, sendo de relevar a discussão da descrição do âmbito de acreditação, nomeadamente, as práticas de acreditação flexível em laboratórios de calibração e laboratórios clínicos e a elaboração e revisão de documentos relacionados com a acreditação de fornecedores de materiais de referência e fornecedores de exercícios de comparação interlaboratorial; foi discutida a transição para a ISO/IEC 17025:2005, a avaliação da competência do pessoal-chave dos laboratórios, a utilização de sistemas computadorizados, a acreditação para a emissão de opiniões e interpretações e a estrutura de âmbitos de acreditação de laboratórios de ensaios na base de dados da EA; foi ainda discutida a cooperação com Euromet, Eurachem, EFI (European Federation of Immunogenetics), Measnet, ENFSI (European Network of Forensic Science Institutes) e WADA (World Anti-Doping Agency), bem como o acompanhamento do grupo de trabalho e comissão técnica de normalização CEN/TC 264 WG 19 "Emission Monitoring Strategy" e CEN/TC 212, respectivamente, e o ponto de situação dos vários grupos de trabalho que reportam ao LC da EA. Foi acompanhada a intervenção deste comité no ILAC.
- Participação nas reuniões do **Certification Committee (CC) da EA** em Março e Outubro de 2006 - este comité trata das questões de acreditação de organismos de certificação, sendo de realçar os seguintes temas: acompanhamento dos trabalhos dos Sub-Committees e Working Groups - EA CC Food; EA CC EMS; EA CC Health Care; WG ISMS; WG IEC; TF Integrated Systems. Foi também discutida a implementação da ISO/IEC 17021, a evolução do Guia IAF/ILAC sobre a ISO/IEC 17011, a política de aceitação de esquemas sectoriais, a preparação para actuar no âmbito das Directivas e a acreditação trans-fronteiriça. Foi ainda acompanhado o trabalho da ISO e preparada a intervenção no IAF.
- Participação nas reuniões do **Inspection Committee (IC) da EA** em Março e Outubro de 2006 - este comité trata das questões de acreditação de organismos de inspecção, sendo de realçar os seguintes temas: Definição da Cross Frontier Policy da EA para o domínio da Inspeção; Definição de âmbito de acreditação harmonizado e guia para avaliação de organismos notificados avaliados como OI's; Harmonização da interpretação de requisitos da ISO/IEC 17011.
- Participação nas reuniões dos grupos de trabalho **ILC Testing** (Abril e Novembro de 2006) e **ILC Calibration** (Março e Outubro de 2006, tendo o IPAC organizado a última) - nestes grupos são discutidas e organizadas comparações interlaboratoriais europeias, bem como a acreditação de fornecedores de ensaios de aptidão.
- Participação na reunião do grupo de trabalho **EMS do EA/CC** em Maio e Novembro de 2006 - este grupo de trabalho discute as questões específicas de acreditação de certificadores ISO 14001, nomeadamente a questão da certificação versus conformidade com legislação ambiental.
- Participação na reunião do grupo de trabalho **FAB** em Maio e Novembro de 2006 - este fórum de organismos de acreditação que actuam no âmbito regulamentar do EMAS, discute as questões de acreditação de verificadores ambientais EMAS, e organiza e discute as avaliações inter-pares neste âmbito; conta com a participação da Comissão Europeia.

3.1.8 Acordos internacionais

Na sequência das aceitação das acções correctivas implementadas pelo IPAC em 2006 à avaliação inter-pares de Novembro de 2005, o IPAC tornou-se **signatário de todos os acordos de reconhecimento mútuo da EA (calibração, ensaios, certificação de sistemas de gestão, certificação de produtos, certificação de pessoas, inspecção)**, a 4 de Abril de 2006, ultrapassando a situação de bloqueio criada em 2004, na sequência da avaliação efectuada nesse ano ao IPQ.

Deste modo não apenas se criou um precedente único na história da acreditação em Portugal, pela adesão a todos os acordos existentes (anteriormente não estavam envolvidos os de certificação e inspecção), mas também um precedente na história da EA, pela adesão à primeira tentativa a todos os acordos existentes.

A cerimónia de assinatura correspondente ocorreu na Assembleia Geral da EA em Riga (Estónia).

Por via dos acordos existentes entre acreditadores a nível mundial, no seio do ILAC e IAF, este reconhecimento é válido não só para o espaço económico europeu, mas também para os restantes países signatários destes acordos mundiais, e que contemplam mais de 50 grandes potências mundiais e países em desenvolvimento - a lista completa e detalhada dos signatários dos acordos pode ser obtida através das páginas electrónicas de cada uma das federações de organismos de acreditação:

EA (www.european-accreditation.org); IAF (www.iaf.nu); ILAC (www.ilac.org)

As cerimónias de assinatura dos Acordos de Reconhecimento Mútuo do IAF e ILAC ocorreram durante o Encontro Anual de 2006, realizado em Cancun (México) - encontram-se cópias dos certificados de adesão do IPAC aos Acordos de Reconhecimento internacionais em Anexo.



De salientar que esta adesão do IPAC a todos os acordos permite a Portugal num só passo ingressar na rota da Europa e do Mundo. Este reconhecimento irá contribuir para o aumento da competitividade nacional, nomeadamente através das seguintes acções:

- removendo barreiras técnicas à exportação de produtos nacionais;
- permitindo o acesso de operadores nacionais a marcas internacionais;
- aumentando a credibilidade das estruturas nacionais de ensaios, calibração, inspecção e certificação na oferta de serviços no mercado global e na captação de investimento estrangeiro.

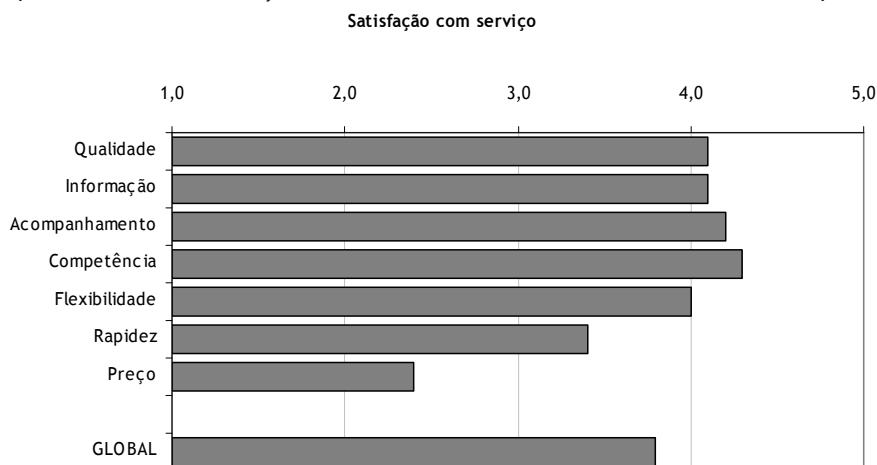
O **impacto** deste reconhecimento internacional das acreditações concedidas pelo IPAC irá afectar para além dos cerca de 600 clientes directos por ele acreditados, também os milhares de empresas com certificação de sistemas de gestão ou de produtos acreditada, bem como as centenas de profissionais certificados.

3.1.9 Satisfação de clientes

O IPAC efectua anualmente inquéritos de satisfação aos seus clientes, como meio de monitorizar o seu desempenho, e estimular a melhoria contínua.

Encontram-se no gráfico abaixo os resultados dos inquéritos de satisfação dos clientes quanto ao serviço prestado pelo pessoal do IPAC, respeitantes a 2006, para um total de 434 respostas. A pontuação permite atribuir desde 1 (mais negativo) a 5 pontos (mais positivo).

Os parâmetros com avaliação mais favorável em ambos os anos foram o acompanhamento do processo e a competência dos técnicos do IPAC,



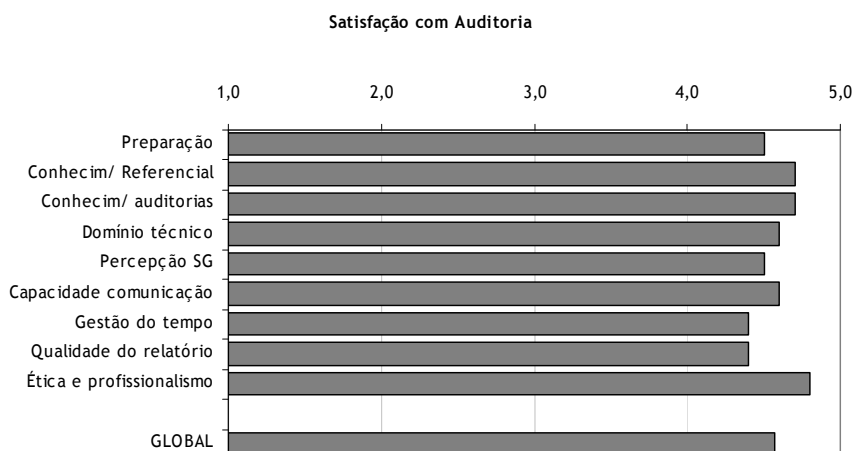
enquanto que o parâmetro mais penalizado foi o preço.

Comparando 2006 com 2005 e 2004 ressalta que houve uma quebra de desempenho em todos os parâmetros face a 2005, embora ainda superior ao desempenho de 2004. O preço (apesar de este não sofrer alterações há

cerca de 10 anos) continua a ser o aspecto mais penalizado - o preço continua dependente da estrutura de custos, que está condicionada pelo actual enquadramento institucional e orgânico do IPAC.

No gráfico seguinte encontram-se os resultados dos inquéritos de satisfação ao serviço dos auditores, durante 2006, contendo 661 respostas.

O parâmetro com melhor avaliação continua a ser a ética e profissionalismo dos auditores, seguido dos



conhecimentos da norma de acreditação, enquanto que a qualidade do relatório e a gestão de tempo são os aspectos mais penalizados.

O desempenho comparativo com anos anteriores mantém-se assim praticamente estável num nível bastante elevado. Esta informação é cruzada com a obtida através das supervisões efectuadas pelo IPAC e

com a obtida pela apreciação dos relatórios de auditoria, para focalizar as acções de melhoria nos anos seguintes.

3.1.10 Resultados Estatísticos da Acreditação

Laboratórios de Ensaio

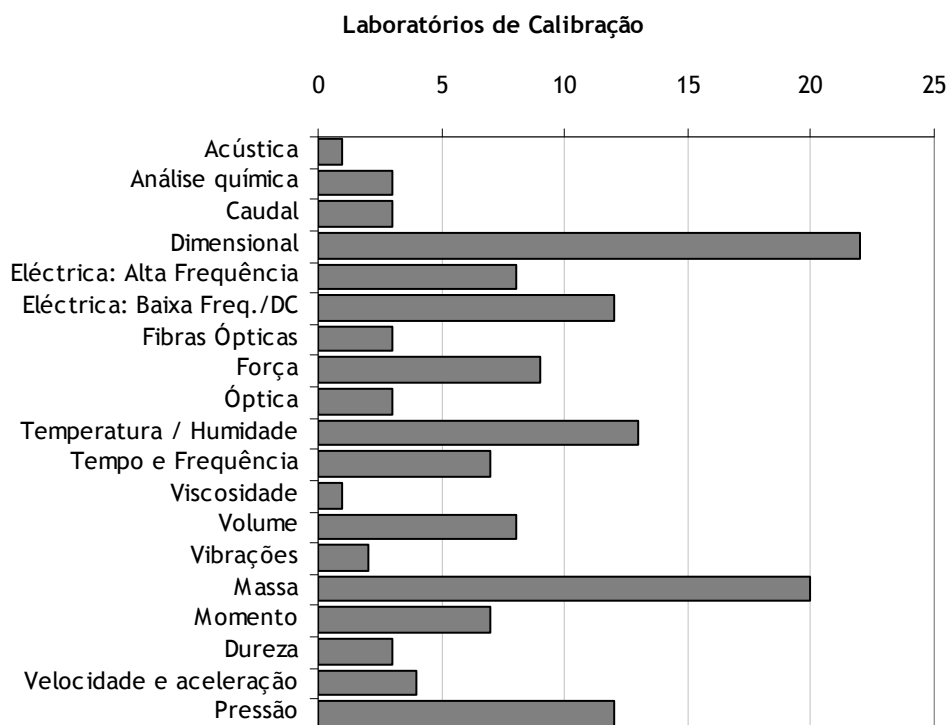


Apresenta-se a seguir informação estatística sobre as áreas técnicas com actividades acreditadas, referida a 31 de Dezembro de 2006.

Dado que uma entidade acreditada (laboratório, organismo de certificação ou de inspecção) pode actuar em várias áreas técnicas, o somatório de áreas técnicas com actividades acreditadas é sempre igual ou superior ao de entidades acreditadas.

Na área da acreditação de laboratórios de ensaios, as actividades de ensaio acreditadas repartiam-se por uma grande diversidade de áreas técnicas, conforme apresentado na figura ao lado.

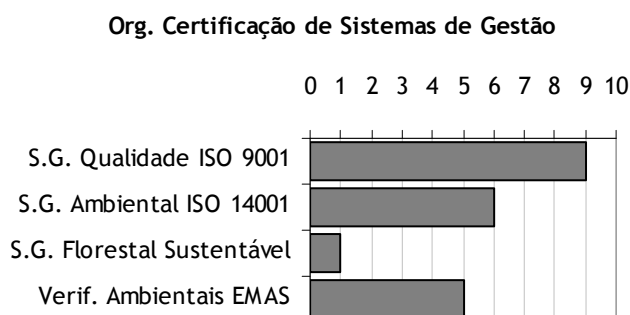
Nota-se grande preponderância por parte dos laboratórios que realizam ensaios de cariz ambiental (águas, ar, efluentes, acústica), seguidos pelos laboratórios da área alimentar.



Na área da acreditação de laboratórios de calibração, as actividades acreditadas repartiam-se por uma grande diversidade de áreas técnicas, conforme apresentado na figura ao lado.

Nota-se assim grande preponderância por parte dos laboratórios que realizam calibrações na área dimensional, eléctrica e massa.

Na área de acreditação da certificação de sistemas de gestão e de verificação ambiental, as actividades acreditadas repartiam-se pelos seguintes âmbitos principais:

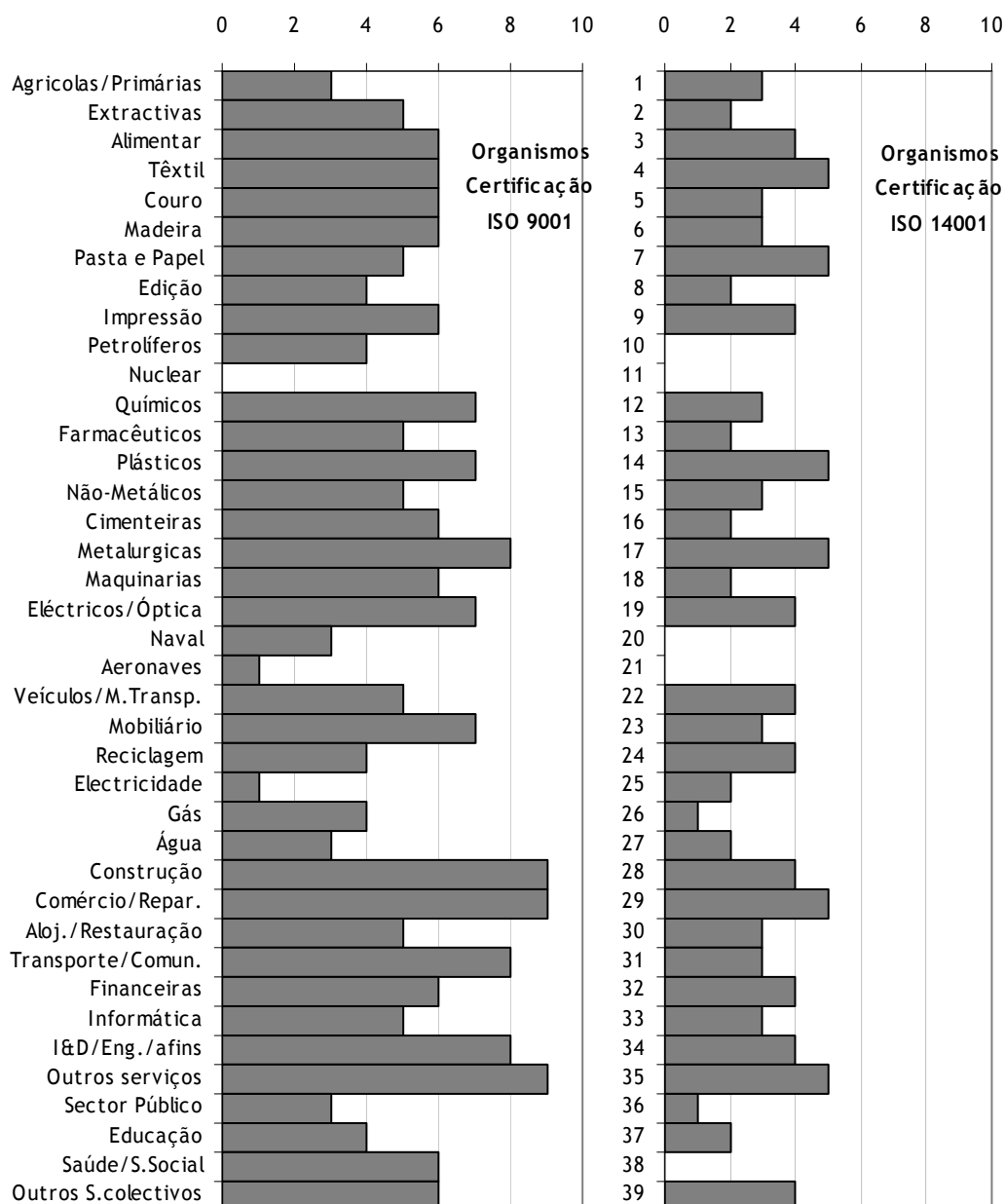


A acreditação de verificadores ambientais é efectuada em cooperação institucional com a APA, Agência Portuguesa do Ambiente.

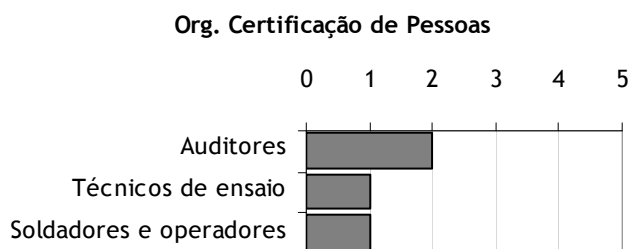
O âmbito de actuação dos organismos de certificação de sistemas de gestão da qualidade e ambiente, bem como de verificação ambiental, está definido segundo classes de actividade económica do Regulamento da Comissão Europeia nº29/2002 de 19 de Dezembro de 2001 (correspondente ao CAE revisão 2.1, Decreto-Lei 197/2003 de 27 de Agosto), os quais são agrupados em sectores EA conforme disposto internacionalmente pela EA e IAF - a descrição completa pode ser obtida na página electrónica do IPAC, na secção Documentos, em DRC006, Procedimento para Acreditação de Organismos de Certificação.

Na área da acreditação de organismos de certificação de sistemas de gestão da qualidade e ambiente, as actividades acreditadas repartiam-se por quase todos os âmbitos de actuação (sectores EA), à excepção da área nuclear, conforme apresentado nas figuras seguintes.

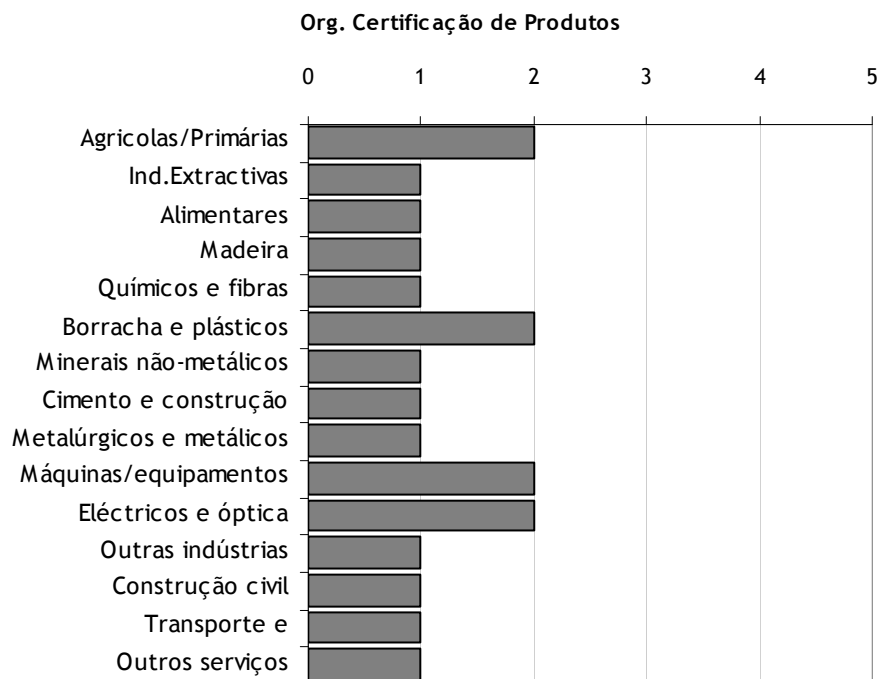
Verifica-se assim que todos os organismos de certificação de sistemas de gestão da qualidade estavam acreditados para os sectores 28 (comércio), 29 (construção) e 35 (outros serviços), enquanto que na área da certificação de sistemas de gestão ambiental, não havia nenhum sector coberto por todos os organismos de certificação acreditados.



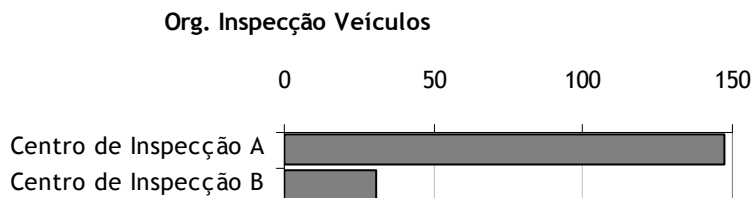
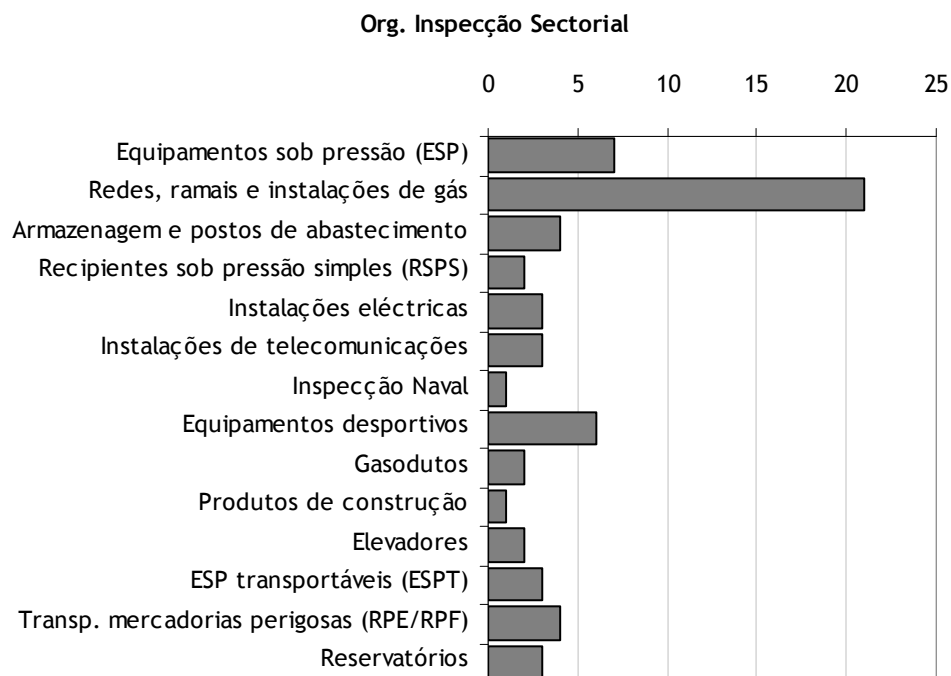
Na área da acreditação de organismos de certificação de pessoas, as actividades acreditadas repartiam-se por 3 categorias de pessoas, conforme apresentado na figura seguinte:



Na área da acreditação de organismos de certificação de produtos, as actividades acreditadas repartiam-se por várias categorias de produtos, conforme apresentado na figura seguinte:



Na área da acreditação de organismos de inspecção, as actividades acreditadas repartiam-se por vários sectores, conforme apresentado nas figuras seguintes:



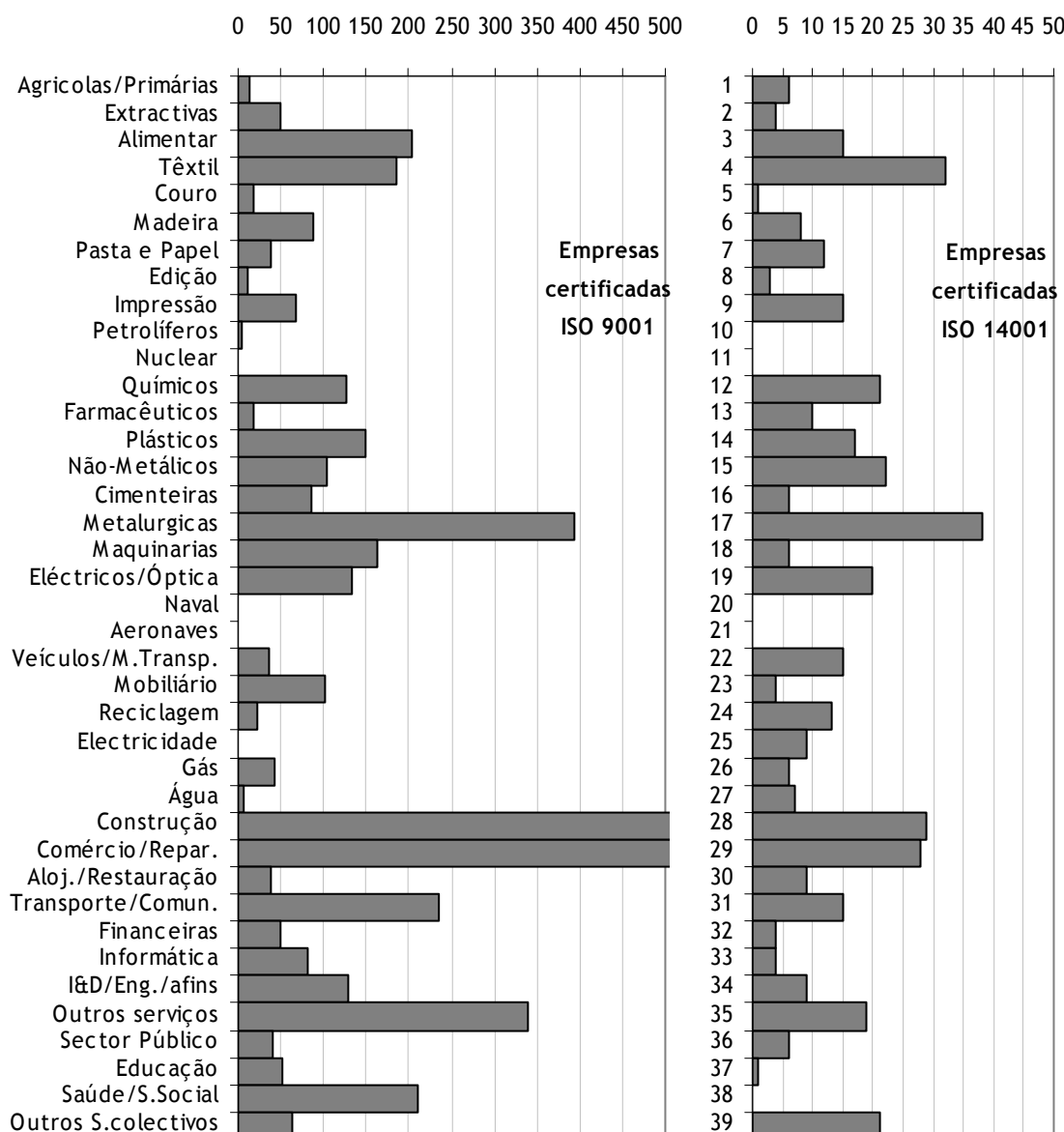
3.1.11 Resultados Estatísticos da Certificação Acreditada

O recurso à certificação acreditada é cada vez mais uma exigência do mercado, pelo que importa aqui apresentar um resumo estatístico da situação, referida a 31 de Dezembro de 2006:

- estava em vigor a certificação acreditada de **4685 empresas** quanto ao seu sistema de gestão da qualidade de acordo com a **NP EN ISO 9001**;

- estava em vigor a certificação acreditada de **435 empresas** quanto ao seu sistema de gestão ambiental de acordo com a **NP EN ISO 14001**;

O IPAC disponibiliza na sua página electrónica um Directório que permite a pesquisa das certificações acreditadas segundo a NP EN ISO 9001 e/ou NP EN ISO 14001 nomeadamente quanto à designação da empresa, âmbito de certificação ou sector de actividade e localização geográfica - esta pesquisa é feita sob uma base de dados actualizada semestralmente com as informações prestadas pelos organismos de certificação. As figuras abaixo resumem a situação, chamando-se a atenção para a diferença de escalas.



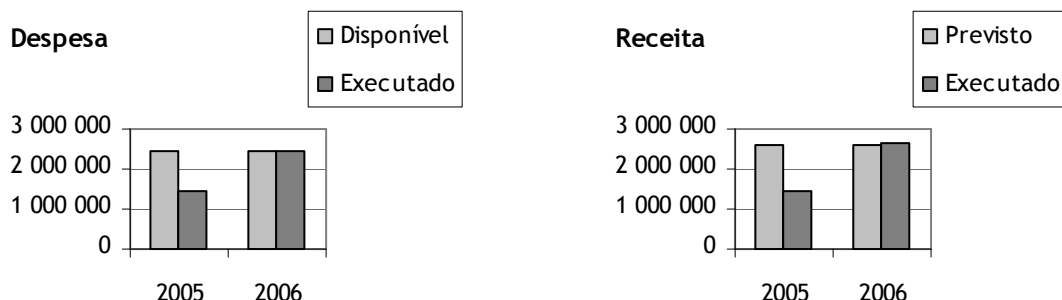
Salienta-se na certificação de sistemas de gestão da qualidade, a preponderância do sector do comércio (856 empresas, 18% do total) e da construção (521 empresas, 11% do total), e a existência de certificações em todas as áreas, à excepção da área nuclear. Na certificação de sistemas de gestão ambiental, existe uma repartição mais equilibrada, com liderança pelo sector dos produtos metalúrgicos e têxteis; para além do sector nuclear, não existe certificação nas áreas dos produtos petrolíferos, construção naval e de aeronaves, e saúde.

3.2 Resultados Económicos e Financeiros

O IPAC adoptou o Plano Oficial de Contabilidade Pública (Decreto-lei nº 232/97, de 3 de Setembro) para as suas contas, apresentando-se de seguida os relatórios em conformidade com o mesmo - todos os valores apresentados nas tabelas e figuras estão em euros (€).

3.2.1 Análise orçamental

Após um ano de arranque difícil e atípico em termos de execução orçamental (2005) o IPAC estabilizou a sua execução orçamental em 2006, tendo conseguido um grau de realização de 99,9% na despesa (correspondentes a 2 456 524 €) e de 101,8% na receita (correspondentes a 2 646 008 €) - a despesa inicialmente orçamentada (2 600 000 €) foi congelada em 106 158 €.



Nota: Em 2005, a baixa realização da receita (e consequentemente da despesa, dado o IPAC apenas ter como única fonte de financiamento as receitas próprias, sem qualquer contribuição do Orçamento Geral do Estado) ficou a dever-se a ser o ano de arranque orçamental do IPAC, e portanto não ter beneficiado da cobrança de facturação atrasada do ano anterior e a dificuldades de cobrança no próprio ano.

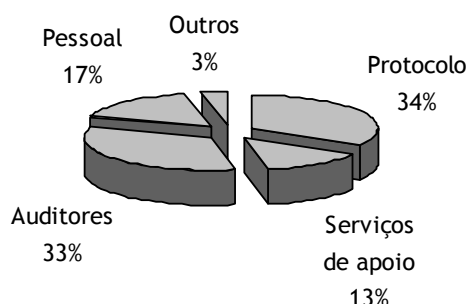
3.2.2 Análise económica

Conforme foi referido, o IPAC adoptou o POCP, apresentando-se abaixo a tabela de Demonstração de Resultados ordenada segundo estas rubricas.

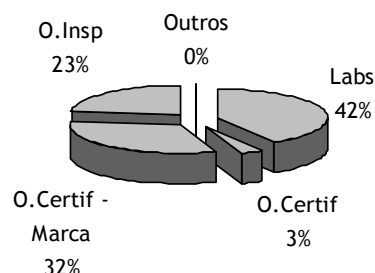
Custos e Perdas	Total (€)	Proveitos e Ganhos	Total (€)
61 Custo das mercadorias vendidas	9 054	71 Vendas e prestações de serviços Prestações de serviços	2 953 805
62 Fornecimentos e Serviços Externos	1 828 758	72 Impostos, taxas e outros	0
63 Transf. Correntes e prestações sociais	941 834	73 Proveitos suplementares	0
64 Custos com o pessoal	9 650	74 Transf. e subsídios correntes obtidos	0
66 Amortizações do exercício	6 377	76 Outros proveitos e ganhos operacionais (B)	0
67 Provisões do exercício	0		2 953 805
65 Outros custos e perdas operacionais (A)	11 942	78 Proveitos e ganhos financeiros (D)	0
	2 807 616		2 953 805
68 Custos e perdas financeiras (C)	0	79 Proveitos e ganhos extraordinários (F)	0
	2 807 616		2 953 805
69 Custos e perdas extraordinários (E)	0	Resumo:	
	2 807 616	Resultados operacionais (B-A)	146 189
88 Resultado líquido do exercício	146 189	Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	0
	2 953 805	Resultados correntes (D) - (C)	146 189
		Resultado líquido do exercício (F) - (E)	146 189

Para a leitura correcta destes resultados, há que atentar que devido ao facto do IPAC não possuir quadro de pessoal aprovado, os custos correspondentes foram (quase todos) processados pela rubrica 62, que também inclui os pagamentos a auditores e serviços de apoio do IPQ. As transferências correntes (rubrica 63) referem-se ao protocolo celebrado entre o IPAC e o IPQ para uso das marcas do SPQ - apresentam-se a seguir gráficos de especialização das rubricas, que esclarecem os valores globais apresentados.

Estrutura de custos

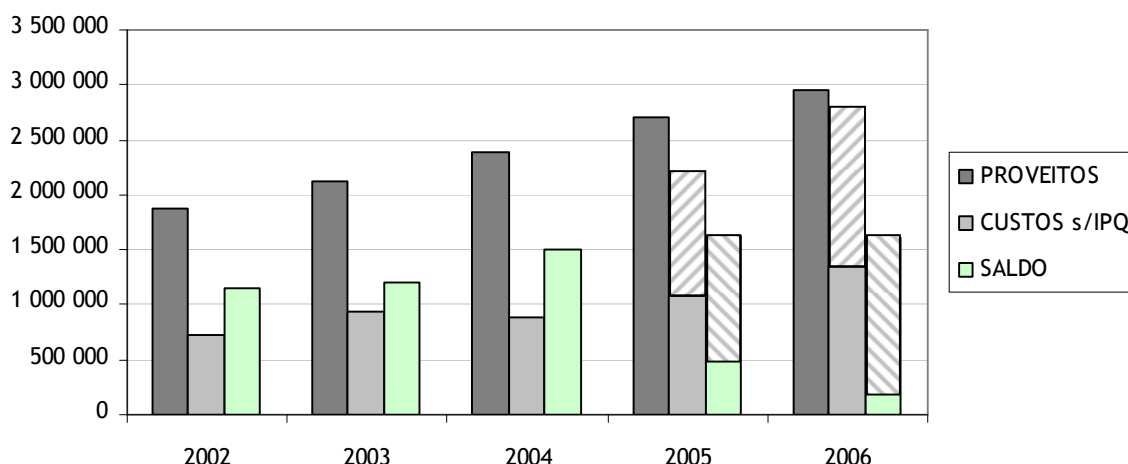


Estrutura de proveitos



Realça-se o resultado líquido positivo obtido no final deste ano, bem como a inexistência de transferências do Orçamento do Estado ou de outros subsídios estatais ou públicos, demonstrando a sustentabilidade financeira dos últimos anos.

O IPAC triplicou a sua actividade operacional ao longo dos últimos 5 anos (ver 3.1 Resultados Operacionais), o que se tem reflectido no aumento da receita e despesa. Em 2005, com a separação contabilística do IPAC, foram celebrados contratos com o IPQ para a prestação de serviços de apoio e de uso da marca SPQ pelas empresas certificadas, que passaram a ser contabilizados como custos pelo IPAC (não o sendo nos anos anteriores) e afectaram também o saldo, o que foi assinalado no quadro comparativo abaixo através de barras com riscas diagonais. A comparação com os anos anteriores a esta separação contabilística deve ser efectuada com precaução, dado estes dois custos não estarem explicitamente contabilizados.



O aumento dos proveitos entre 2002 e 2006 distribuiu-se por todos os segmentos, com destaque para os provenientes pelo uso da marca dos organismos de certificação que duplicou em termos absolutos; em contraponto, os proveitos pela realização de avaliações aos organismos de certificação diminuíram, em virtude da conjugação de avaliações - em termos percentuais também se nota o aumento dos proveitos da marca (+10%), sendo as restantes aproximadamente semelhantes. Chama-se a atenção que o IPAC manteve a mesma tabela de preços ao longo deste período, sem qualquer aumento.

Da parte da despesa entre 2002 e 2006 é de salientar a triplicação da despesa com auditores em termos absolutos (consequência do aumento da actividade operacional), embora em termos percentuais o aumento tenha sido reduzido (+2%).

3.2.3 Análise financeira

O Balanço de 2006 é apresentado no quadro abaixo (colunas a cinza escuro), comparativamente com o de 2005 (colunas a cinza claro) e merece as seguintes considerações:

- na rubrica de Imobilizado, devido aos resultados do PRACE apontarem para a sua externalização, não foram efectuados investimentos significativos em imobilizações corpóreas, e devido a ter sido criado praticamente no ano anterior sem qualquer património, eles também não tinham sido feitos anteriormente; deste modo, o valor é praticamente residual, sendo as amortizações respectivas de 10.385,44 €; por outro

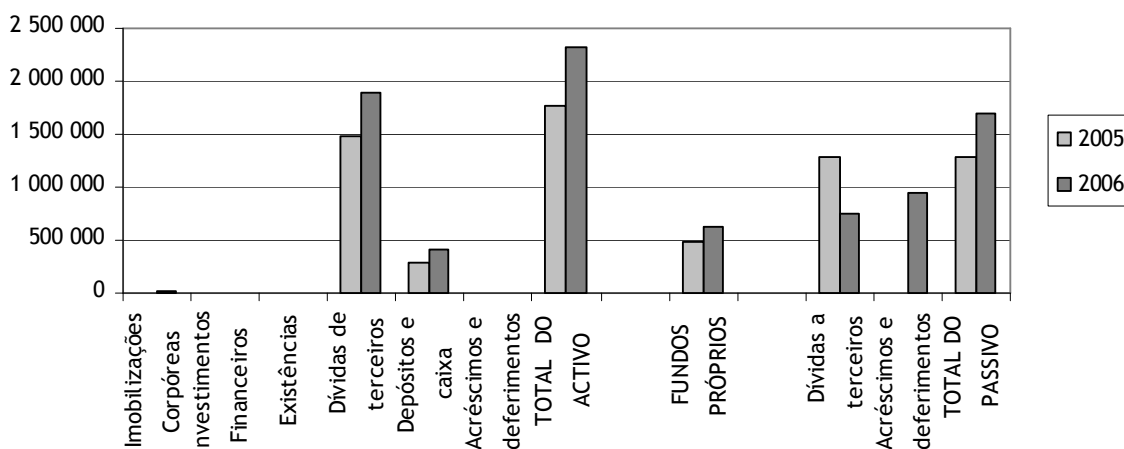
lado, tendo em conta o papel regulador e os requisitos de imparcialidade dos referenciais normativos aplicáveis ao IPAC, possui carácter não-lucrativo e tem restrições para ter participações sociais e efectuar investimentos financeiros, pelo que não existem obrigações ou títulos de participação;

- na rubrica do Circulante, o peso das dívidas de terceiros deve-se ao ciclo de facturação da parcela referente ao uso da marca pelos organismos de certificação se efectuar praticamente no segundo semestre de cada ano, o que depois dificulta a cobrança no mesmo ano; o aumento face a 2005 deve-se ao correspondente aumento de facturação; quanto às existências em caixa ficaram apenas 2.106,16€; não houve acréscimos ou diferimentos;

- no Passivo, efectuou-se um esforço na redução da dívida a terceiros, embora tenha havido acréscimos de custos devido a só ter sido obtida em 2006 a aprovação superior para efectuar os pagamentos ao IPQ correspondentes aos contratos de prestação de serviço e uso da marca;

- houve também um aumento dos Fundos Próprios, devido ao acumular de resultados líquidos positivos.

Balanço



4 Anexos





Publication
Reference

EA-01/08

EA
Multi and Bilateral
Agreement
Signatories

PURPOSE

It presents the list of the EA Multi and Bilateral agreement signatories.

May 2007 - rev.20

Page 1 of 11

EA-01/08 • EA Multi and bilateral Agreement Signatories

- **POLAND**
PCA – Polskie Centrum Akredytacji
1 23 September 2004
2 23 September 2004
3.1 23 September 2004
3.2 23 September 2004
3.3 23 September 2004
3.4 23 September 2004
4 14 October 2005
- **PORTUGAL**
IPAC – Instituto Português de Acreditação
1 4 April 2006
2 4 April 2006
3.1 4 April 2006
3.2 4 April 2006
3.3 4 April 2006
3.4 4 April 2006
4 4 April 2006

Note: IPQ, Instituto Português da Qualidade, was a signatory for Calibration and Testing from 26th November 1997 until 0th June, 2004.

- **ROMANIA**
RENAR – Romanian Association for Accreditation

By decision of the MAC on March 18th, 2005, RENAR MLA signatory status is withdrawn from MLAs for Testing, Certification of Products and Quality Management Systems. Reinstated for testing on October 14th, 2005.

2 14 October 2005
- **SLOVAKIA**
SNAS – Slovak National Accreditation Service
1 21 March 2001
2 21 March 2001
3.1 15 October 2002
3.2 15 October 2002
3.3 15 October 2002
3.4 15 October 2002
4 17 October 2003

May 2007 – Rev.20

Page 8 of 11



ILAC MUTUAL RECOGNITION ARRANGEMENT

SIGNATORIES

We, the undersigned, endorse the terms of the ILAC Arrangement and undertake, to the best of our ability, fulfilment of its objectives.

Accreditation Body: Instituto Português de Acreditação (IPAC)

Economy: Portugal

Scope: Testing and Calibration

Authorised Representative: Leopoldo Cortez

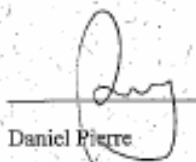
Signature:


Leopoldo Cortez

Date: 10 May 2006

Chairman, ILAC Arrangement Council:

Signature:


Daniel Pierre

Date: 10 May 2006

Annex A: Signature Sheet, ILAC MUTUAL RECOGNITION ARRANGEMENT
13 October 2004

International Accreditation Forum, Inc. (IAF)



Be it known that the
**PORTUGUESE INSTITUTE FOR ACCREDITATION
(IPAC),
PORTUGAL**

*has been accepted as a Member
of the*
**International Accreditation Forum,
Inc.
Multilateral Recognition
Arrangement**

**Quality Management Systems
(QMS MLA Member since 12 November 2006)**

The Member on behalf of which this sheet is signed commits itself to comply with the requirements and obligations of members of the IAF MLA:

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'LC', representing Leopoldo Cortez.

Leopoldo Cortez
Director
Portuguese Institute for Accreditation (IPAC)
DATE: 12 November 2006

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'T. Facklam', representing Dr. Thomas Facklam.

Dr Thomas Facklam
Chairman,
International Accreditation Forum, Inc.
DATE: 12 November 2006

International Accreditation Forum, Inc. (IAF)



Be it known that the
**PORTUGUESE INSTITUTE FOR ACCREDITATION
(IPAC),
PORTUGAL**

has been accepted as a Member
of the
**International Accreditation Forum,
Inc.**
***Multilateral Recognition
Arrangement***

**Environmental Management Systems
(EMS MLA Member since 12 November 2006)**

The Member on behalf of which this sheet is signed commits itself to comply with the requirements and obligations of members of the IAF MLA.

Leopoldo Cortez
Director

Portuguese Institute for Accreditation (IPAC)
DATE: 12 November 2006

Dr Thomas Facklam
Chairman,
International Accreditation Forum, Inc.
DATE: 12 November 2006

International Accreditation Forum, Inc. (IAF)



Be it known that the
**PORTUGUESE INSTITUTE FOR ACCREDITATION
(IPAC),
PORTUGAL**

**has been accepted as a Member
of the
International Accreditation Forum,
Inc.
*Multilateral Recognition
Arrangement***

Product Certification

(Product MLA Member since 12 November 2006)

The Member on behalf of which this sheet is signed commits itself to comply with the requirements and obligations of members of the IAF MLA.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'L. Cortez', written over a faint circular watermark of the IAF logo.

Leopoldo Cortez
Director

Portuguese Institute for Accreditation (IPAC)
DATE: 12 November 2006

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Th. Facklam', written over a faint circular watermark of the IAF logo.

Dr Thomas Facklam
Chairman,
International Accreditation Forum, Inc.
DATE: 12 November 2006

